

Incerteza, tomada de decisão, hábito e instituição: uma possível articulação entre keynesianos e neoinstitucionalistas *

Fábio Henrique Bittes Terra **,***
Gustavo Chagas Goudard ****

Resumo

Por um lado, é possível, a partir de Keynes e dos pós-keynesianos, inferir que existem duas naturezas para a incerteza: a que diz respeito ao processo pelo qual o sujeito conhece (epistemológica) e a que se refere ao comportamento da realidade que se quer conhecer (ontológica), sendo que nos processos de tomada de decisão, ambas incertezas estão presentes. Por outro lado, para a abordagem neoinstitucionalista, o hábito como substrato das instituições possui repercussão tanto em nível do indivíduo quanto em âmbito do todo. Assim sendo, não seriam os hábitos e as instituições hábeis a reduzir a incerteza? O objetivo deste trabalho é responder a esta questão, articulando as teorias keynesiana e neoinstitucionalista no que toca ao modo pelo qual, nesta, os hábitos e as instituições podem contribuir para que se tenha, com base naquela, a diminuição das incertezas epistemológica e ontológica.

Palavras-chave: Teoria Keynesiana; Teoria Neoinstitucionalista; Incerteza; Hábito; Instituição.

Abstract

Uncertainty, decision-making, habit and institution: a possible articulation between Keynesians and Neoinstitutionalists

On the one hand, following Keynes and the Post Keynesians, it is possible to infer two types of uncertainty: one that refers to the process of obtaining knowledge (the epistemological uncertainty) and the other which deals with the reality that one has to understand (the ontological uncertainty). It is important to stress that both are related to the decision-making process. On the other hand, regarding the Neoinstitutionalist perspective, habits are the substance of institutions and as so being they reverberate in the individual as well as at the structural level. Hence, are habits and institutions not able to reduce uncertainty? This paper aims to answer this question, articulating the Keynesian and the Neoinstitutionalist theories. The point is to show how habits and institutions in the latter can contribute to reducing uncertainty in the former approach.

Keywords: Keynesian Theory; Neoinstitutionalist Theory; Uncertainty; Habit; Institution.

JEL B2, B5, E12, B52.

1 Introdução

A incerteza sobre os resultados futuros de uma decisão de investimento é inexorável. Por mais informações de curto prazo que o empresário conheça com mais ou menos certeza,

* Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2015 e aprovado em 5 de março de 2018.

** Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU), Uberlândia, MG, Brasil / Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. O autor agradece o apoio financeiro do CNPq a esta pesquisa. E-mail: fbterra@gmail.com.

**** Doutorando em Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gustavogoudard@gmail.com.

há sempre uma parte da decisão baseada em expectativas sobre uma demanda futura. Sob tais esperanças de longo prazo o empresário não pode ter nenhuma certeza, pois o futuro ainda está por ser criado. Resta-o, portanto, ter maior ou menor confiança sobre a demanda esperada pelo seu produto ofertado. Mas, qual a natureza da incerteza inerente à tomada de decisão? Seguindo-se Dequech (2004), existem dois tipos de incerteza: a epistemológica, referente à forma pela qual o agente conhece, e a ontológica, isto é, da realidade que se quer conhecer.

As bases que permitem considerarem-se os dois tipos de incerteza encontram-se nos escritos de Keynes. Por um lado, a epistemológica fundamenta-se na epistemologia que o autor desenvolveu no *Treatise on Probability* (TP) (Keynes, 1921). Por outro lado, a incerteza ontológica pode ser percebida em Keynes a partir da noção de unidade orgânica que é, posto de forma breve, o todo e suas partes serem interdependentes e reciprocamente causais de maneira que os indivíduos, ao agirem, alteram o todo para além daquilo que previram quando efetivaram suas decisões. Nesse particular, as contribuições de Davidson (1991, 1996) acerca do caráter não ergódico da realidade também fundamentam a incerteza ontológica.

Por sua vez, os neoinstitucionalistas¹ argumentam que os hábitos são as bases dos comportamentos, pensamentos, crenças e preferências e, assim sendo, eles formam a substância das instituições. Para Hodgson (2004), os hábitos são as propensões de pensamento e de comportamento que podem se efetivar em toda uma série de situações singulares passíveis de serem enfrentadas pelos indivíduos. Quando compartilhados, os hábitos tornam-se instituições e ambos estão condicionados (bem com os próprios indivíduos) à mútua determinação dada pela causalidade circular. Em especial, hábitos socialmente rotinizados e instituições em perene retroalimentação surgem para dar ordem ao caos do ambiente em que se vive.

Nesse contexto, uma articulação entre as perspectivas keynesiana e neoinstitucionalista pode ser explorada². No que toca ao neoinstitucionalismo, duas de suas mais relevantes categorias teóricas, hábitos e instituições, relacionam-se com as duas naturezas da incerteza keynesiana, epistemológica e ontológica, ambas inerentes ao processo de tomada de decisão. Logo, como hábitos e instituições servem para dar ordem ao caos, eles não se aliarão imediatamente com o grau de incerteza enfrentado pelo sujeito na sua tomada de decisão? O objetivo deste artigo é responder a esta questão. O argumento a ser desenvolvido é o de que o tomador de decisão pode ter a incerteza diminuída: a epistemológica pela disposição de um conjunto maior e mais bem conhecido de evidências para basear uma conclusão, e a ontológica por elementos que confirmam qualquer mínima estabilidade à realidade. Embora o argumento seja desenvolvido pelo caminho da redução da incerteza, logicamente, a recíproca é verdadeira: maior instabilidade institucional implica ampliação da incerteza.

(1) Sobre este termo, vale um esclarecimento. Mesmo sem consenso sobre a utilização desta denominação, a abordagem é chamada de neoinstitucionalista a se acompanharem Villeval (1995) e Conceição (2001, 2002a).

(2) Por teoria keynesiana entendam-se, neste artigo, os escritos de Keynes e dos pós-keynesianos. Por simplificação, keynesiano e pós-keynesiano são considerados sinônimos aqui. Naturalmente, não se compreende o termo keynesiano como tendo qualquer vínculo com a perspectiva da síntese neoclássica de Keynes.

A contribuição deste artigo reside em oferecer uma associação entre as teorias institucionalista e pós-keynesiana que parte do modelo de tomada de decisão desenvolvido por Keynes em seu TP. Como se verá, a teoria da probabilidade desenvolvida por Keynes pode ser considerada uma epistemologia, ao construir logicamente como se processa a obtenção de conhecimento e como este processo está inerentemente imbuído de incerteza. Neste particular, hábitos e instituições desempenham papel relevante no processo de conhecimento, sendo cruciais à tomada de decisão por atuarem sobre o nível de incerteza ao qual o indivíduo está submetido.

A estrutura do artigo conta com mais cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção faz-se uma revisão bibliográfica sobre as diversas associações existentes entre as teorias pós-keynesiana e institucionalista, a bem de se localizar a contribuição que este artigo oferece a esta literatura. Na seção 3 é desenvolvida a teoria epistemológica de Keynes (1921), da qual se deriva um modelo de tomada de decisão sob a incerteza. Na seção 4, a abordagem neoinstitucionalista é exposta, com foco em desenvolver o papel dos hábitos enquanto fundamento das instituições, a dinâmica de ambos e as suas repercussões sobre o indivíduo e o todo. A seção 5 mostra a articulação entre as perspectivas keynesiana e neoinstitucionalista, a bem de mostrar como as instituições podem funcionar como redutoras da incerteza e auxiliares à tomada de decisão. Por fim, a seção 6 sumariza os argumentos do artigo.

2 Articulações entre pós-keynesianos e institucionalistas: uma revisão da literatura

Articulações entre as teorias institucionalista e keynesiana são comuns, sob diversos enfoques. A primeira delas veio logo após a publicação de *The General Theory of Employment, Interest and Money* (de agora em diante, GT), quando Vining (1939) faz uma releitura dos principais conceitos do livro, tais como demanda efetiva, eficiência marginal do capital, taxa de juros monetária, entre outros, a partir de *insights* de vários escritos de Veblen. A conclusão de Vining (1939) é a de que Keynes deveria ter inserido Veblen nos *major heretics* da ciência econômica, tal qual arrolou Mandeville, Hobson, Gesell e Malthus. Nesta mesma linha de argumentação, de que Veblen havia adiantado conceitos que depois se tornariam relevantes na teoria de Keynes, Dillard (1980) apresentou a semelhança entre as conceituações do sistema capitalista como uma economia monetária da produção para Veblen e Keynes, algo que Wray (2007) atualizou ao comparar a economia monetária de Keynes com a economia do crédito de Veblen. Por sinal, Wray (2007) aponta que a visão de Veblen não apenas complementa a de Keynes, mas a estende. Por sua vez, Mouhammed (1999a, 1999b) também argumenta que várias ideias e desenvolvimentos teóricos de Keynes são compatíveis com categorias de Veblen, de forma que em alguma medida ambos se complementam e, inclusive, a aclamada revolução keynesiana tem conteúdo ‘vebleniano’³.

(3) Na literatura brasileira, esta complementaridade das escolas pós-keynesiana e institucionalista foi explorada por Conceição (2008).

Porém, Mouhammed (1999a, 1999b) argumenta que há um ponto de divergência entre ambos os autores qual seja, enquanto Keynes propunha medidas para salvar o capitalismo de seu colapso, Veblen não se interessava “por política econômica ou por capitalismo” (1999a, p. 594). Pertinente ao argumento de Mouhammed, Watkins (2015) ressalta outra diferença entre Veblen e Keynes, que se refere ao papel do desperdício de recursos materiais na economia capitalista. Para Keynes, o desperdício de recursos era decorrente da ação da preferência pela liquidez, seja a do empresário, seja a do rentista, de forma que o desemprego (forma de desperdício) decorria de alguma forma de amor ao dinheiro. Neste sentido, gastos ainda que conspícuos ocupavam recursos antes desperdiçados. Veblen, por sua vez, diferia desta opinião, pois compreendia que tais gastos apenas serviriam para enriquecer a classe ociosa e fortalecer sua posição de superioridade sem necessariamente criar empregos. Em termos sociais, portanto, o desperdício de recursos continuaria de qualquer forma, porém com uma possibilidade de gerar maior desigualdade de renda. A partir de uma análise empírica, Watkins (2015) analisa o *Quantitative Easing* realizado pelo *Federal Reserve Bank* Americano pós-crise econômica de 2007/2008 e conclui que a hipótese de Veblen mostrou-se mais correta do que a de Keynes e que o efeito riqueza causado pela mencionada política monetária gerou mais *leisure class* do que empregos.

Chasse (1991) mostra a complementaridade de Keynes com outro institucionalista, Commons, comparando as divergências e convergências das filosofias da prática que ambos desenvolveram. O autor mostra a congruência dos dois na admissibilidade da razoabilidade da conduta humana embora percebessem a persistente possibilidade de irracionalidade por conta das complexas história e interação humanas; por fim, ambos buscaram meios de se expandir o papel da razão em meio a um mundo irracional. Skidelsky (1994), Atkinson & Oleson (1998) e Minsky (1996) mostram as influências que John Commons exerceu sobre Keynes em diversas frentes, a ponto de este autor apontar que “aparenta-se a mim não haver outro economista cuja forma geral de pensar eu me sinto em mais acordo” (apud Skidelsky, 1994, p. 229). Não obstante, Whalen (2008) investiga e detalha influências que Commons exerceu sobre Keynes na década de 1920⁴ e, por meio disso, constrói pontes entre a interação dos dois autores e a chamada escola do Keynesianismo Evolucionário ou a Escola Institucionalista Pós-Keynesiana, que será mencionada a seguir nesta revisão de literatura.

Outro enfoque de assimilações keynesianas e institucionalistas diz respeito às proximidades metodológicas entre pós-keynesianos e institucionalistas (Dow, 1996) (Tauheed, 2011). Dow (1996) argumenta que a teoria institucionalista é a que mais possui *overlap* com os desenvolvimentos teóricos de Keynes. A autora localiza o cerne de tal afluência em Keynes construir sua teoria contextualizando-a historicamente, “em um caminho que tinha muito em comum com os institucionalistas” (Dow, 1996, p. 63). Neste sentido, algumas percepções históricas de Keynes o acercariam dos institucionalistas – e, em paralelo, afastariam ambos das análises ortodoxas, baseadas em pressupostos axiomáticos: (i) a consideração da divisão entre

(4) Essas influências seriam perceptíveis em dois textos de Keynes, *Am I a Liberal?* (Keynes, 1972) e *The Economic Transition in England* (Keynes, 1981).

detenção e gerência do controle das empresas que organizam a produção capitalista; (ii) a ausência de espaços perfeitamente organizados para a contratação de trabalhadores e para a troca de bens e serviços – o que o *mainstream* hoje chama de mercados incompletos; (iii) a sofisticação constante dos mercados financeiros; (iv) a existência de normas que prevaleceriam em determinados períodos históricos, definindo diferenças salariais, comportamentos dos consumidores, convenções sobre taxas de juros, entre outros aspectos da dinâmica econômica; e (v) o foco no comportamento especulativo de empresários e rentistas e suas consequências sobre os níveis de produto e emprego.

Por sua vez, Lawson (2005), em sua tentativa de definir o que é a heterodoxia econômica, argumenta que tanto institucionalistas quanto pós-keynesianos compartilham a rejeição ao formalismo matemático hipotético-dedutivista – rejeição que é o traço de unicidade das diversas abordagens heterodoxas. Ambas as teorias assumem a matéria social incapaz de ser modelada por linguagem formal. Esta última representa um sistema fechado e impõe relações mecânicas entre as variáveis do modelo enquanto que, por natureza, a realidade social é um sistema aberto, intrinsecamente dinâmico, com suas partes organicamente interconectadas. Não obstante, as próprias críticas de Veblen (1899b, 1909) à utilidade marginal centram-se na incapacidade de ela embasar uma teoria da produção, portanto, um modelo de mudança de quantidade, e ser apenas um sistema fechado de distribuição, de repartição de uma determinada (fechada) quantidade produzida⁵.

Embora Keynes tenha usado elementos da estática marshalliana como método de procedimento analítico (Terra; Ferrari Filho, 2016), a contextualização histórica mostra que o autor se avizinhava, de alguma maneira, do argumento de Veblen (1898), sobre a ciência econômica dever ser uma ciência que se ocupa da compreensão dos processos de mudança das condições materiais e subjetivas (hábitos de pensamento) da sociedade. Não obstante Keynes não tenha se dedicado a explicar a mudança em si, sua teorização partia do pressuposto tanto de que o cenário sob observação era fruto de um processo histórico quanto de que as condições presentes eram passíveis de alteração. Foi essa consciência, inclusive, que o permitiu mudar suas posições ao longo do tempo, como é o caso entre o *Tract on Monetary Reform* (1971) e a GT, acerca da intensificação dos comportamentos especulativos nos mercados financeiros e seus efeitos negativos sobre o lado real da economia. Mesmo assim, Hodgson (2002) critica a maneira de teorizar de Keynes, por entendê-lo perseguidor de generalizações e, por isso, desconsiderador de aspectos históricos específicos, relacionados a um conjunto de instituições, sob os quais a economia deveria se ater. Keynes teria contribuído, segundo o autor, para o *Great Forgetting* das especificidades da história e das instituições, que por fim ‘separaram’ a análise econômica da social.

(5) Como mostram Cavalieri e Almeida (2015) os modelos keynesianos sofreram diversas críticas institucionalistas. No entanto, os alvos das críticas eram a síntese neoclássica de Keynes e não Keynes em si. Neste particular, a teoria pós-keynesiana também tece críticas a esta perspectiva que se denominou keynesiana, e que de certa forma consolidou esta denominação até hoje, haja vista a chamada Escola Novo-Keynesiana (Davidson, 1991; Carvalho, 1992).

Em relação à financeirização, há igualmente associações entre institucionalistas e pós-keynesianos. Lawson e Lawson (1990) associam a visão de Veblen com as de Keynes e Kalecki para debater formas de reestruturação do sistema financeiro em face da presença de inovações financeiras frequentes e fragilização crescente. Posteriormente, Kelso e Duman (1992) relacionaram a visão de Veblen não com a de Keynes, mas com a de um proeminente pós-keynesiano, Minsky, a bem de analisar a teoria da fragilidade financeira deste de forma ‘vebleniana’⁶. A associação entre Veblen e Minsky foi recentemente retomada por Argitis (2013), que localizou denominadores comuns nesses autores e concluiu que suas teorias se assemelham, por exemplo no que toca à tendência do sistema à alavancagem, a endogeneidade das crises, porque causadas por variáveis eminentemente próprias do sistema, e pelas finanças serem não neutras, isto é, elas causam impactos no lado real da economia.

Como corolário de todas estas articulações, Niggel (2006), Whalen (2008), Tauheed (2011) e Lavoie e Seccareccia (2013) se debruçam a expor o ápice da complementaridade entre institucionalistas e pós-keynesianos: “o que por vezes tem sido chamado de *Post Keynesian institutionalism, Institutional Post Keynesian School or evolutionary Keynesianism*” (Lavoie; Seccareccia, 2013, p. 9). Nela, a teoria institucionalista forneceu as bases microeconômicas, como as teorias do mercado de trabalho, do consumidor, de preços, da organização industrial, enquanto que da parte pós-keynesiana decorreu a teorização macroeconômica, que se preocupou com os comportamentos do emprego, da inflação, dos preços relativos, do crescimento e desenvolvimento econômico. Neste contexto, Tauheed (2011) busca construir uma síntese das metodologias de ambas as escolas. O autor argumenta que o método institucionalista possui uma plausibilidade explicativa, mas ao mesmo tempo padece por ser vago para dele se comporem prescrições de política econômica. Já o método pós-keynesiano seria bastante rigoroso, o que o aproximaria – como fizeram as sínteses neoclássicas de Keynes – à perspectiva neoclássica. Para resolver ambos os problemas e reunir as abordagens, Tauheed (2011) sintetiza os métodos no que ele chamou de rigor plausível. Enfim, Niggel (2006) compara o Keynesianismo Evolucionário com o *mainstream* econômico, a nova síntese neoclássica, mostrando as diferenças dos dois paradigmas.

Especificamente sobre incerteza, Lawson (2005) fornece uma ilustração de uma relação macro-microeconômica que envolve institucionalistas e pós-keynesianos e que é cara a este artigo: a incerteza fundamental a que estão sujeitos os empresários no mundo pós-keynesiano. Em casos de desconfiança com relação ao futuro, a elevada incerteza faz os empresários preferirem a liquidez do dinheiro aos ativos de capital e, assim, macroeconomicamente, arrefece-se a criação de riqueza e de emprego. A incerteza, por sua vez, pode decorrer da inovação tecnológica de uma firma em seu processo competitivo, algo prezado pela teoria institucionalista. A inovação é uma força dinâmica fundamental do sistema

(6) A título de curiosidade, Kelso e Duman (1992) mostram uma diferença – talvez por conta de suas épocas de vida – entre Minsky e Veblen. Este acreditava que o espalhamento e o empoderamento das grandes corporações e dos bancos centrais tornariam os preços e as finanças estáveis, algo que a Grande Depressão dos anos 1920 desmentiria. Minsky, por sua vez, não via fim à fragilidade financeira, pois ela resultava do próprio desenvolvimento do sistema financeiro.

econômico, que emana do nível micro e pode impactar agregados macro, dado que empresários que não acompanharam o novo processo ou produto passam a estar submetidos à incerteza sobre os rumos futuros de seus negócios. Ainda sobre incerteza, Ferrari Filho e Conceição (2001) buscam a convergência da noção de incerteza entre pós-keynesianos e institucionalistas no que concerne às instituições construírem, em nível macro, um ambiente de negócios estável e, portanto, propício ao investimento. Pode-se ainda arrolar a contribuição, de caráter mais microeconômico, de Pessali (2006), que confere ‘nanofundamentos’ de conteúdo teórico institucionalista ao comportamento expectacional dos empresários, notadamente no que toca ao estado das expectativas de longo prazo.

Além de todas estas articulações entre neoinstitucionalistas e pós-keynesianos, há algo notável na literatura pós-keynesiana, bem como se pode perceber no próprio Keynes, que é um tratamento explícito de instituições sem, contudo, basearem-se na teoria institucionalista para substanciá-las. Ou seja, presencia-se um certo institucionalismo *ad hoc*. No *Tract on Monetary Reform*, Keynes (1971) argumenta que os hábitos do público e dos bancos condicionam diferentes velocidades de circulação da moeda levando, ao menos no curto prazo, à inexistência da proporcionalidade entre variações no estoque monetário e nos preços, o que o permitiu refutar a Teoria Quantitativa da Moeda. Na GT, Keynes (1964) mostra, entre vários exemplos, os hábitos como fatores subjetivos que condicionam a propensão média e marginal a consumir, de forma que uma sociedade com hábitos avarentos enfrentaria dificuldades em alcançar o pleno emprego, pois teria maior disposição a poupar. Por sua vez, Minsky (1986, 1996) discute como a estrutura institucional do sistema capitalista implica diferentes níveis de incerteza e instabilidade, principalmente sob a institucionalidade desregulamentada dos mercados financeiros. Keynes (1964), Davidson (1972, 1991) e Dequech (2000), destacam os contratos monetários como outra instituição relevante para a estabilidade do sistema econômico. Crotty (1994) argumenta que a própria convenção, importante elemento utilizado pelos indivíduos para tomar decisão, pode ser interpretada como um hábito⁷. O autor descreve as convenções como mecanismos compartilhados e, portanto, institucionalizados que, por um lado, os agentes usam para decidir e que, por outro lado, estabilizam o sistema econômico. Por fim, Souza & Duenhas (2010) debatem o papel de instituições para a formação de convenções que, por sua vez, contribuem para variar o grau de incerteza. Embora os autores não se ancorem no institucionalismo em si, eles se baseiam em Ferrari Filho e Conceição (2001) para argumentar sobre a importância de políticas econômicas como construtoras de convenções. Para tanto, fazem uma análise empírica sobre a economia brasileira nos anos 2000, com foco especial na forma pela qual o regime de metas de inflação contribuiu para a construção de convenções e expectativas no Brasil.

Ainda neste sentido da relação entre incerteza, convenções e instituições, as contribuições de Dequech (1997, 1999, 2000, 2004) são as que, por um lado, tratam do âmbito mais microeconômico da articulação entre pós-keynesianos e institucionalistas e, por outro

(7) Acerca da possibilidade da gradação de incerteza via convenções, porém em uma perspectiva estritamente pós-keynesiana e sem incursão à teoria institucionalista, ver Crocco (2002) e Latsis, Larquier e Bessis (2010).

lado, mais se ancoram na perspectiva institucionalista. Assim, Dequech (2004) mostra como instituições formais e informais ajudam a reduzir a incerteza, enquanto que Dequech (1997, 1999, 2000), exploram a relação entre incerteza, hábito e instituições. A esta última linha de desenvolvimento teórico este artigo mais se filia.

Contudo, dentre as referências acima, nenhuma apresenta a teoria epistemológica desenvolvida por Keynes (1921). Este modelo, como se verá na seção seguinte, explica como os indivíduos adquirem conhecimento e é neste processo que hábitos e instituições – os insumos da teoria institucionalista – desempenham papel relevante e impactam a tomada de decisão sob incerteza. Neste ínterim reside a originalidade e a contribuição deste artigo. Digase de passagem, a interação explorada neste artigo é de caráter microeconômico (com claros impactos macro, mas de base microeconômica) em ambas as teorias, o que se diferencia em relação ao que Lavoie & Seccareccia (2013) apresentam sobre como se convencionou estruturar a Escola Institucionalista Pós-Keynesiana. O Quadro 1, abaixo, sintetiza as várias articulações existentes entre pós-keynesianos e institucionalistas e localiza a contribuição que o artigo oferece à literatura.

Quadro 1
Síntese das articulações entre as teorias pós-keynesiana e institucionalista

Referência	Tópico de contribuição
Vining (1939); Dillard (1980); Mouhammed (1999a, 1999b); Wray (2007) e Watkins (2015)	Complementaridades (e por vezes diferenças) entre Keynes e Veblen, em âmbitos dos conceitos mais relevantes de ambas as formulações teóricas.
Chasse (1991); Skidelsky (1994); Atkinson e Oleson (1998) e Minsky (1996)	Complementaridades entre Keynes e Commons e a influência deste naquele.
Dow (1996; Lawson (2005) e Tauheed (2011)	Complementaridades metodológicas entre pós-keynesianos e institucionalistas.
Lawson e Lawson (1990)	Complementaridades entre Veblen, Keynes e Kalecki sobre o sistema financeiro.
Kelso e Duman (1992) e Argitis (2013)	Complementaridades entre Veblen e Minsky
Niggle (2006), Whalen (2008), Tauheed (2011) e Lavoie & Seccareccia (2013)	Apresentação do Institucionalismo Pós-Keynesiano, Escola Institucionalista Pós-Keynesiana e Keynesianismo Evolucionário.
Ferrari Filho & Conceição (2001), Pessali (2006) e Dequech (2002)	Associações entre pós-keynesianos e instituições na formação de expectativas
Davidson (1972, 1991), Crotty (1994), Crocco (2002), Latsis, Laquier & Bessis (2010) e Souza e Duenhas (2010)	Importância das instituições para a estabilidade do sistema econômico via convenções, porém sem se ancorarem no referencial teórico institucionalista.
Dequech (1997, 1999, 2000, 2004),	Explora a relação entre incerteza, convenções, hábito e instituições em âmbito macro e microeconômico e com base em referencial institucionalista.
Este trabalho	Explora a relação entre conhecimento, incerteza, hábito e instituições baseada na teoria epistemológica de Keynes (1921), em âmbito microeconômico e com base no referencial institucionalista.

3 Tomada de decisão sob incerteza: a teoria epistemológica de Keynes

Não é exagero dizer que as interpretações sobre o TP formam uma literatura em si na teoria pós-keynesiana, como se pode apreender em Lawson e Pesaran (1985), O'Donnell (1989), Carabelli (1989), Bateman e Davis (1991), Gerrard e Hillard (1992), Cottrell (1993), Dequech (2000), Vercelli (2010), entre outros. Os debates, via de regra, concentram-se nas seguintes discussões: (i) há continuidade ou ruptura entre o TP e as demais obras de Keynes?; (ii) Vale, nas obras posteriores ao TP, o atomismo nela expresso ou a unidade orgânica?; (iii) Qual o papel da probabilidade numérica para a definição de incerteza e para o TP de Keynes?; (iv) O que Keynes queria dizer com peso do argumento?; (v) Estariam no TP os aspectos centrais do método utilizado por Keynes em suas obras econômicas?; (vi) Qual a lógica das relações de probabilidade do TP, objetiva ou subjetiva (humana)? Para estas diversas questões, encontram-se inúmeras e divergentes respostas.

Em função disso, esse artigo precisa assumir riscos. Por um lado, ele pode adentrar as frentes de discussão concernentes ao alcance de seu objetivo fundamentando posições em meio a um debate em aberto e, a partir daí, desenvolver uma posição sobre a TP. Por outro lado, o caminho de menor resistência é passar ao largo do debate, aproveitando-se do TP como um modelo teórico dado ao assumi-lo como uma simplificação válida do objeto que se quer desenvolver. Para subsidiar este segundo caminho, tira-se proveito de posições consolidadas, mas não unânimes no debate – haja vista a lista de controvérsias exposta. Assim sendo, o risco assumido será o segundo, o de se escapar ao debate *internum* sobre o TP. A razão para tanto é devida ao objetivo específico do artigo ser articular a teoria keynesiana com a institucionalista, o que permite que se assumam um dos lados das discussões naquilo que contribua ao atingimento do propósito do artigo.

3.1 Um modelo de tomada de decisão com incerteza epistemológica

De acordo com Dequech (2004), são chamadas teorias epistemológicas da probabilidade aquelas em que ela é uma propriedade do modo pelo qual o sujeito busca conhecer a realidade⁸. Nesta qualificação, a probabilidade diz respeito aos graus de crença racional ou, como denomina Moggridge (1976), crença racional parcial, em uma determinada proposição. Para ser racional, uma decisão precisa ser o resultado de um processo de raciocínio fundamentado no conhecimento, ainda que seja este prévio, incompleto e mutável. Por isso, Keynes (1921) argumenta que não podem ser consideradas racionais as proposições que decorram apenas da crença, a base para acreditar-se razoavelmente em qualquer decisão tomada é o conhecimento.

(8) É importante destacar que esta forma de se definir a incerteza epistemológica não é a conceituação que Davidson (1991, 1996) confere. Relacionando incerteza epistemológica – ou de conhecimento – às teorias da utilidade esperada, Davidson entende que ela é passível de cálculo sendo, portanto, risco e não incerteza. Contudo, este artigo, tal qual outros autores, como Dequech (2004) e Vercelli (2010), assume incerteza epistemológica de forma diferente de Davidson. Neste particular, os primeiros capítulos do TP (1921, caps. 1 e 2) permitem anunciar a incerteza epistemológica conforme se faz neste artigo.

Para Keynes (1921), o conhecimento decorre de um processo que envolve três etapas. Em primeira instância, tem-se o “entendimento direto adquirido pela experiência, compreensão e percepção” (Keynes, 1921, p. 11). O entendimento direto não é conhecimento, mas é o que a ele conduz. Pela absorção de evidências via entendimento direto chega-se à segunda etapa, o conhecimento direto – o conjunto de premissas. Destas, raciocina-se o conhecimento indireto – o conjunto de argumentos ou conclusões – terceira etapa do processo de obtenção do conhecimento.

Na referida lógica de obtenção do conhecimento, a probabilidade não é a inferência quantitativa de uma conclusão a partir de uma frequência de premissas. A probabilidade em Keynes (1921) é a relação lógica não demonstrativa e não mensurável entre as premissas e as conclusões⁹. Nestas condições, o termo provável refere-se ao grau de crença racional que se pode ter no argumento que se raciocinou das premissas. Por ser raciocinado de um conhecimento direto, o conhecimento indireto é objeto de crença racional e não apenas de crença. Nos limites da crença racional, estão dois casos especiais: em um extremo, há a certeza, em que não se tem um conhecimento *sobre* a, mas *da* conclusão e, no outro, vigora a ignorância completa sobre as premissas. Entre ambos os extremos encontram-se os diversos graus de crença racional que se pode ter em uma conclusão.

O grau em que a crença racional situa-se no gradiente de incerteza depende do peso do argumento, noção que também é alvo de controvérsias na literatura sobre o TP. Seguindo-se Vercelli (2010), Keynes apresenta três definições para peso do argumento. Na primeira, mais aceita no debate, o peso é o tamanho do conjunto de premissas do qual se chega à conclusão. Na segunda, o peso refere-se ao balanço entre o conhecimento e a ignorância relevantes à crença no argumento, cujo cotejamento dá-se pelas evidências que se somem às premissas. Na terceira, o peso diz respeito à completude do conhecimento das próprias evidências. Como se pode perceber, a terceira definição de peso do argumento diz respeito ao ‘quanto se conhece do que se conhece’ enquanto que as outras duas referem-se a um conhecimento pleno das premissas. O problema decorre de Keynes (1921, p. 10), no TP, primeiro assumir que o conhecimento de uma proposição só ocorre se ele for verdadeiro, porém, no mesmo TP, ao discutir “a realização de decisões práticas” (1921, p. 358), Keynes ressalta que “o grau de completude da informação em que uma probabilidade se baseia parece ser relevante”, de forma que o debate é sobre o grau em que se conhece a evidência¹⁰. Todavia, como mostram Runde (1990) e Vercelli (2010), antes de ser um problema, o aparente paradoxo é fundamental para a articulação entre o TP e a GT e para se sumarizar o modelo de tomada de decisão sob incerteza. Assim, pode-se destacar que as três definições são complementares, pois tratam da coleta de

(9) Por conta disso, Keynes (1921, cap. 1) referiu-se à probabilidade como uma relação lógica entre proposições em oposição à visão tradicional da probabilidade como inferência quantitativa entre frequência de eventos.

(10) As razões para as diferenças de posição associam-se à novidade que Keynes atribui ao peso de argumento, o que o fez apresentá-lo como uma noção e não como um conceito (Keynes, 1921, p. 78), bem como ao grau de abstração do debate, mais elevado no capítulo 6 do TP, em que estão as duas primeiras definições, em relação ao capítulo 26, em que se encontra a terceira.

evidências e de quão conhecidas elas são para um fim determinado: formar um conjunto de premissas que oferte maior confiança no argumento.

Em suma, a probabilidade para Keynes é o grau de crença racional que se terá em um conhecimento indireto alcançado partindo-se de premissas diretamente conhecidas. Quanto mais evidências forem somadas e mais completamente conhecidas elas forem, mais poderá o indivíduo acreditar em sua conclusão, seja confirmando-a, seja abandonando-a. Então, pergunta-se: como o processo de obtenção de conhecimento acima desenvolvido pode oferecer um modelo de tomada de decisão? Para responder-se à questão aproveita-se a lógica de formação de expectativas de investimento apresentada por Keynes (1964) na GT. Para definir o que esperar do futuro, um empresário relaciona dois conjuntos de proposições: um, de evidências que se conhece com mais ou menos certeza e outro de eventos futuros em que se possui maior ou menor confiança. Exercício semelhante vale para os indivíduos em geral. Ao definirem se deixarão a poupança em forma líquida ou ilíquida, em parte, olha-se para o complexo de taxas de juros corrente e para o rol de informações disponíveis, ambos conhecidos com mais ou menos certeza. Em parte, dada a incerteza, cria-se uma expectativa sobre o comportamento futuro da taxa de juros.

Logo, o modelo de tomada de decisão que se pode abstrair da TP precisa absorver o comportamento dos indivíduos apreendido na GT e pode ser exposto como se segue: dadas suas capacidades inatas, os agentes têm entendimento direto, por meio de sensações, compreensões e percepções, do qual desenvolvem maior ou menor conhecimento direto acerca dos diversos objetos. Estes objetos se tornam evidências, ou seja, premissas que os indivíduos somam para raciocinarem uma decisão. Contudo, tais dados podem ser apenas parcialmente conhecidos e vários deles, no mais das vezes, de fato assim serão. O raciocínio de um conhecimento indireto baseado no conhecimento direto é a tomada de decisão: o ato de se chegar a uma conclusão, isto é, de se conhecer indiretamente. Os tomadores de decisão, portanto, baseiam-se em elementos mais ou menos conhecidos para raciocinarem além destas próprias evidências. Quanto maior o número e mais bem conhecidas forem as evidências a substanciar a decisão, maiores o peso do argumento e o grau de crença racional (ou o estado de confiança) nela, ou seja, menos incerta se entende ser a conclusão.

Em menor nível de abstração a tomada de decisão reunirá elementos mais ou menos conhecidos, tais como os apontados por Keynes (1964, p. 147): “o estoque existente dos diversos tipos de capital e do capital em geral, a força da demanda dos consumidores por bens que requeiram para sua maior eficiência uma relativamente maior assistência do capital”. Valem ainda nesta categoria, como mostra Keynes (1937), dados menos objetivos, como, por um lado, o apelo do público em geral de acreditar que o futuro repete, com tênues mudanças, o presente, a ponto de entender-se o momento atual como um sumário do futuro ou, por outro lado e ainda mais importante, conhecerem-se as convenções, ou seja, a opinião média geral. Consoante Keynes, “a psicologia de uma sociedade composta de indivíduos, cada qual intentando copiar os outros, leva ao que podemos denominar em termos estritos de julgamento

convencional” (1937, p. 214, grifos no original)¹¹. Da união destas premissas mais ou menos conhecidas, o sujeito raciocina algo além, isto é, uma decisão.

Mesmo que bem se conheça um volume amplo de evidências, o conhecimento indireto (em outros termos, a decisão), envolve necessariamente uma parcela de suposição, pois o ato de concluir algo é ir além das premissas reunidas. Esta é a imaginação presente nas escolhas segundo Shackle (1979), ou a criatividade consoante Davidson (1991, 1996) e Dequech (1999), ou a intuição para Keynes no TP bem como na GT. Este é um atributo inescapável para alcançarem-se relações de probabilidade entre premissas e conclusões ainda que, nas palavras de Keynes, “o fato de que em última instância dependamos de intuição não precisa nos levar a supor que nossas conclusões não têm, por isso, base racional” (1921, p. 77). Mas, por que é necessário intuir-se, criar-se ou imaginar-se?

Pois, o conhecimento indireto é sempre uma generalização que vai além da base de evidências da qual ele decorreu. Há uma lógica indutiva na forma pela qual, em geral, se conhece e, nesse particular, “nosso conhecimento [...] é comumente alcançado indutivamente e compartilha a incerteza a que toda indução está sujeita” (Keynes, 1921, p. 95). Portanto, complementando-se a perspectiva de Davidson (1991, 1996) e de Dequech (2000, 2004), a incerteza decorre da lacuna de evidências para tomar-se uma decisão e, ademais, de o raciocínio seguir uma lógica indutiva, em que se constroem proposições conclusivas que vão além do conjunto de premissas da qual a própria conclusão partiu.

Em oposição, caso uma decisão tratasse do resultado do lançamento de uma moeda, não haveria nenhum resultado possível além de cara ou coroa, de forma que não seria racional concluir-se alguma decisão já não circunscrita nas premissas. No caso de uma decisão de investimento, por sua vez, embora se saiba com mais ou menos certeza o valor do salário mínimo, a demanda atual pelo produto, a taxa de variação da produção e das vendas nos últimos anos, é preciso ir além. Deve se supor se a elasticidade de demanda do produto absorverá a oferta de uma nova fábrica, qual a reação dos concorrentes em termos de novos produtos e tecnologias, entre outras generalizações sobre as quais não “se tem nenhuma base científica concreta para se calcular uma probabilidade que seja. Nós simplesmente não sabemos” (Keynes, 1937, p. 214).

A natureza epistemológica da incerteza, decorrente do raciocínio indutivo que generaliza decisões baseadas em informações tanto insuficientes quanto não completamente conhecidas, é ainda agravada pela característica mutável da realidade que se precisa apreender e sobre a qual se agirá. A criatividade individual é capaz de transformar o todo constantemente, de forma que a incerteza também assume uma dimensão ontológica que, sobretudo, amplia a incerteza epistemológica, pois o ambiente se altera e, então, modifica os dados que disponibiliza ao indivíduo, nos quais ele se baseia para decidir.

(11) Há várias interpretações sobre o papel das convenções nas expectativas. Em particular, neste artigo, entende-se a convenção como uma premissa que o indivíduo buscar apreender e entender para chegar a um conhecimento indireto, isto é, a uma decisão. Para mais, veja: Crotty (1994) e Dequech (1999).

3.2 A unidade orgânica, a não ergodicidade e a incerteza ontológica

Davidson (1991, 1996) argumenta que a incerteza ontológica refere-se aos tomadores de decisão saberem que eventos acontecem ao longo do tempo em que suas conclusões se efetivam, porém nada há no presente que lhes permita saber quais serão tais eventos e quais os seus resultados. A base desta conceituação, sintetiza Dequech (2004), deriva da perspectiva de que a incerteza é uma consequência de uma realidade que se altera e “ela [a incerteza] possui, então, uma contraparte ontológica, dado que ontologia se refere ao estudo da natureza da realidade” (Dequech, 2004, p. 368).

Podem ser apontadas duas características da realidade que implicam imprevisibilidade em sua trajetória histórica: por um lado, a unidade orgânica, por outro, a não ergodicidade. A unidade orgânica é a inter-relação entre sujeito e todo em que há uma reciprocidade causal entre ação individual e movimentação sistêmica. Desta forma, a ação da parte impacta o todo ao mesmo tempo em que repercute sobre as demais partes e, não obstante, ressoa no próprio tomador da decisão. O resultado dessa interdependência parte-todo é uma dinâmica em que os dados da realidade se alteram com frequência e, inclusive, de maneira intempestiva. Conforme Keynes¹²,

nós enfrentamos a todo o tempo os problemas da Unidade Orgânica, da Discricionariedade, da Descontinuidade – o todo não é igual à soma das partes, comparação entre quantidades nos enganam, pequenas mudanças causam grandes efeitos e as hipóteses de uma continuidade uniforme e homogênea não são satisfeitas (1933, p. 232-233).

Importa destacar que é perceptível uma ruptura nas visões de mundo de Keynes entre o TP e sua posterior crença na unidade orgânica. No TP, Keynes postula o atomismo como forma de conferir robustez e validade ao método indutivo. Nos *Essays on Biography*, originalmente publicados em 1933, Keynes argumenta que o atomismo, que funcionara bem em questões relativas às ciências físicas, falhara nas ciências morais, que se relacionam ao comportamento humano, tal qual a economia (Keynes, 1973). Todavia, tal ruptura não invalida o modelo de tomada de decisão baseado na TP. A unidade orgânica impõe como consequência o agravamento da incerteza enfrentada pelo tomador de decisão, porque ele precisa intuir um conhecimento indireto sobre uma realidade que é, perenemente, passível de mudança. Tal transformação é inconteste e, além disso, pode ser peremptória, a ponto de os sujeitos terem menores chances de reunir evidências sobre as quais tirarem conclusões com menor grau de incerteza. Sabendo que suas atitudes repercutem para além daquilo que ele espera, o agente

(12) A unidade orgânica é também adequada para análises abstratas, como questões de moral, tal qual apresentado por Keynes (1972, p. 436) “[...] o valor [dos estados da mente] depende, de acordo com o princípio da unidade orgânica, do estado das coisas como um todo, que não pode ser utilmente analisado por partes”.

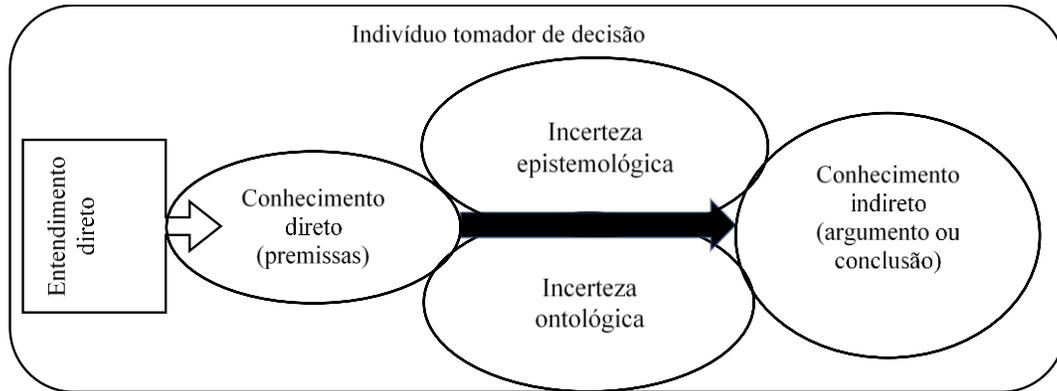
detêm menor peso em seus argumentos, porque as premissas em que se ancora modificam-se com constância.

Soma-se à unidade orgânica, ademais, o caráter não ergódico da realidade, conforme destaca Davidson (1991, 1996). A não ergodicidade significa que as variáveis relevantes para a tomada de decisão não circundam pontos médios e desvios padrões que permitam cálculos de probabilidade baseados em eventos presentes e passados que sejam guias factíveis para o que ocorrerá no futuro. Logo, a realidade não ergódica implica “que o futuro possa ser permanentemente mudado em natureza e substância pela ação dos indivíduos, grupos (p. ex. cartéis, sindicatos) e/ou governos, geralmente por caminhos que não são plenamente antevistos pelos criadores de mudança” (Davidson, 1996, p. 482). Portanto, a realidade é transmutável e segue trajetórias históricas impossíveis de serem *a priori* conhecidas, pois “o futuro está por ser criado pela ação humana” (Davidson, 1991, p. 35).

Sendo a realidade uma unidade orgânica não ergódica, a criatividade individual impacta o todo, as percepções e ações criativas dos demais indivíduos, além de implicar reações destes às criatividade alheias. A intensa reciprocidade causal decorrente da unidade orgânica relaciona-se imediatamente com a velocidade e com a intensidade das mudanças pelas quais a realidade incorre. Assim, torna-se impossível a geração de dados sobre os quais se pode fazer cálculos – em termos quantitativos, de fato – dos resultados futuros. Nesse particular, resgatando-se a incerteza epistemológica, as evidências que se constituem enquanto conhecimento direto mais ou menos certo para os agentes acabam por também se modificarem *pari-passu* à mutação da realidade. As bases para o conhecimento indireto, ou seja, para os argumentos decisórios, tornam-se mais precárias. Tomando como exemplo uma decisão de investimento, quanto mais distante no tempo a concretização dela se efetivar, mais incerta, epistêmica e ontologicamente, ela é, pois, o conjunto de evidências em que se sustenta a conclusão, é menor e menos conhecido.

A Figura 1, a seguir, resume o modelo epistemológico de tomada de decisão sob incerteza de Keynes. A partir de evidências oriundas de seu entendimento direto, o indivíduo adquire conhecimento direto, do qual raciocinará algo que vai além destas premissas, isto é, o conhecimento indireto, suas conclusões. Como o conhecimento indireto sempre vai além do conjunto de conhecimento direto há a possibilidade de que as conclusões se frustrem: há incerteza no caminho do raciocínio – o que, contudo, não o torna irracional, mesmo que incorreto.

Figura 1
O modelo epistemológico de tomada de decisão sob incerteza



Fonte: Elaboração própria.

Como mostra Keynes (1964, cap. 18), embora o sistema seja sujeito a inflexões repentinas, ou seja, a crises, via de regra ele não percorre trajetórias explosivas, permanecendo em estados subótimos. Nesse particular, Davidson (1996, p. 506) destaca o papel das instituições como mecanismo que confere estabilidade ao sistema econômico ao longo do tempo. Portanto, as instituições importam, uma vez que a ampliação do peso do argumento que elas viabilizam, reduz a incerteza inerente à tomada de decisão. Neste sentido, hábitos e instituições reduzem a incerteza, tanto epistemológica quanto ontológica e, então, é possível explorar uma articulação entre o *approach* keynesiano e o neoinstitucionalista. Dito isto, é necessário apreender a abordagem neoinstitucionalista, especialmente no que tange aos conceitos de hábito e instituições e como eles se relacionam com a tomada de decisão sob incerteza.

4 O neoinstitucionalismo: hábitos e instituições

O desenvolvimento teórico institucionalista data de fins do século XIX. Nesse particular, os principais pensadores do chamado antigo institucionalismo são Veblen, Commons e Mitchell. Em busca da definição de instituições, Veblen aponta que elas são “hábitos estabelecidos de pensamentos comuns à generalidade dos homens“ (1909, p. 626) enquanto que Commons as definiu, de forma mais fechada, como “ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual“ (1931, p. 648). No primeiro, há uma noção mais abstrata, natural e orgânica de instituições, já no segundo instituições têm um caráter mais deliberado, isto é, artificialmente construído. Unindo-se ambas as noções, pode-se dizer que nesta tradição o conceito de instituição centra-se no conjunto, e sua evolução, de hábitos, normas, valores, crenças e símbolos (Conceição, 2002a).

Hogdson (1992, 2005) destaca que Veblen, influenciado por Darwin, apropriou-se da lógica evolucionária, adaptando-a à realidade social, entendendo-a em constante evolução. Nesse sentido, Veblen empregou a noção de causalção cumulativa entre indivíduo e instituições

resultando-se, assim, em a sociedade estar sujeita a “um processo de mudança consecutiva, realizada de forma autocontinuada e autopropagável, e sem termo final” (Veblen, 1919, p. 37). Portanto, a história importa, pois implica *path-dependence* do presente em relação ao passado. Além disso, tal qual a seleção natural, Veblen argumenta que as instituições passam por confrontos e aquelas que perduram no tempo são mais bem adaptadas, “a vida do homem na sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, portanto, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural das instituições” (1899a, p. 188). As contribuições de Veblen, dessa forma, preocupavam-se com a mudança e seu caráter acumulativo, em que vale a origem, o crescimento, a persistência e a variação das instituições, retirando de Darwin não apenas metáforas biológicas, mas a sua ontologia.

Deve-se salientar que, conforme argumenta Hodgson (1998a), mesmo se utilizando das ideias provenientes da biologia, Veblen rejeita o reducionismo biológico – ou seja, as análises que se centram apenas em termos biológicos para explicar os fenômenos socioeconômicos. Para Hodgson (1998a), percebendo as instituições como algo primordial, Veblen nega o individualismo metodológico, porém, com o cuidado de não conferir apenas às instituições todo o protagonismo, afastando-se do coletivismo metodológico: as instituições bem como os indivíduos têm papel fundamental na dinâmica socioinstitucional. Assim sendo, o indivíduo é um produto, assim como é produtor, das suas circunstâncias, de maneira que as esferas individual e social são níveis de análise parcialmente autônomas, mas, ao mesmo tempo, conectados por conta da causalidade circular. Logo, para Veblen “o tecido institucional é um produto da conduta dos membros individuais de um grupo [enquanto que] as instituições agem para direcionar e definir os objetivos e os fins da conduta” (1919, p. 243).

De acordo com Hodgson (1993, 2003), depois de algum tempo em esquecimento, as instituições passaram a receber atenção novamente em meados dos anos 1970, em duas diferentes escolas. Uma primeira abordagem é a chamada nova economia institucional¹³, (NEI), que resgata a teoria sobre o comportamento da firma de Coase (1988). Para a NEI, instituições são “os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais” (North, 1991, p. 97) e podem ser formais – regras deliberadas por processos legislativos estatuídos – ou informais – normas que não foram regularmente estabelecidas, mas surgiram das rotinas dos indivíduos em sociedade. Neste sentido, os indivíduos criam as instituições ao longo da história, para impor ordem e reduzir a incerteza, mormente nas trocas econômicas. Para além, esta abordagem surgiu de críticas não hostis ao paradigma neoclássico, de maneira que “o arcabouço analítico [da NEI] é uma modificação da teoria neoclássica. Ele retém as hipóteses fundamentais de escassez e, então, a competição e os instrumentos analíticos da teoria microeconômica. Ele modifica o pressuposto da racionalidade. Ele adiciona a dimensão temporal” (North, 1994, p. 359). Nesta perspectiva, a

(13) Coase (1988) e Hodgson (2009) destacam que o adjetivo *nova* no nome da perspectiva, criado por Williamson, intencionou distanciar a abordagem da tradição do antigo institucionalismo.

NEI preocupa-se fundamentalmente com aspectos microeconômicos não comuns, mas não contraditórios, à teoria neoclássica, quais sejam, custos de transação, racionalidade limitada, falhas de mercado, oportunismo, direitos de propriedade, organização industrial e econômica, entre outros (Conceição, 2004).

Entretanto, a incorporação da NEI como uma abordagem institucionalista é controversa, haja vista as críticas a ela realizadas por autores alinhados ao neoinstitucionalismo. Dentre estes, saliente-se Hodgson (1998b), para quem a NEI assume a existência de instituições tendo como referência um modelo de indivíduo com comportamento dado, em que o sentido da causalção vai do agente para as instituições, que partem de um estado inicial livre delas. Em função disso, Hodgson (1998b) e Dugger (1990) sugerem cautela à incorporação da NEI enquanto institucionalismo legítimo, pois ela se incorpora àquilo que era o alvo dos ataques dos antigos institucionalistas à teoria neoclássica¹⁴.

A outra escola moderna que se dedica ao estudo do papel das instituições no sistema econômico é o chamado neoinstitucionalismo, cujo surgimento deu-se, tal qual a NEI, em meados dos anos 1970. Contudo, um traço distintivo desta perspectiva em relação àquela é ela centrar-se em um intenso resgate do antigo institucionalismo, além de absorver diversos elementos da tradição neoschumpeteriana. Para os neoinstitucionalistas, consoante Hodgson (2006, p. 2), instituições são “sistemas de regras sociais estabelecidas e prevaletentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, leis, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, empresas (e outras organizações) são, portanto, instituições”.

Em torno deste conceito, Hodgson (1994) apresenta oito pressupostos que conformam o núcleo duro do neoinstitucionalismo, quais sejam: (i) rejeição do atomismo e do reducionismo na análise econômica, optando por interpretações holísticas e multidisciplinares; (ii) substituição do *homo economicus* neoclássico pelo *homo institutionalis*, guiado por hábitos, instintos e capacidade criativa para introduzir novidades; (iii) troca do individualismo metodológico pela instituição como unidade de análise sem, entretanto, rejeitar o indivíduo ou focar-se apenas no coletivismo metodológico; (iv) negação do equilíbrio estático, utilizando-se de uma concepção do sistema econômico em que vale o *path-dependence*, com causalção cumulativa, em que a história tem peso fundamental; (v) rejeição de indivíduos com preferências fixas e dadas, e assunção de indivíduos condicionados e moldados pela estrutura social, cultural e institucional na qual eles estão inseridos; (vi) incorporação da tecnologia como endógena, evolutiva, e como força motora da transformação estrutural; (vii) apreensão das relações de poder entre os atores e dos impactos das disputas sobre as dinâmicas social e institucional; e (viii) abandono do utilitarismo neoclássico, de forma que as necessidades

(14) Em anteposição, Stanfield (1999) argumenta que a NEI é relevante por sistematizar o que a antiga tradição teorizou de maneira informal e por apresentar as limitações da teoria neoclássica – mesmo sem dela se desvincular. Em linha, Samuels (1995) e Conceição (2002b) consideram que a NEI, assim como o neoinstitucionalismo, fornecem contribuições ao paradigma institucionalista. No entanto, não é objetivo deste artigo demonstrar este debate, tampouco dar enfoque à NEI. Para mais, veja Samuels (1995); Hodgson (1993, 1998b); Villeval (1995); Rutherford (1994); Stanfield (1999); Dugger (1990); Conceição (2002a, 2002b).

humanas são aquelas que mais se manifestarem no arranjo institucional o qual, parcialmente, é a própria expressão das referidas necessidades.

No neoinstitucionalismo, a relação entre indivíduos e instituições é de causação circular – em linha com o antigo institucionalismo (Hodgson, 2000). Sendo assim, os indivíduos moldam as instituições e a recíproca é verdadeira: “tanto indivíduos quanto instituições são mutuamente constitutivas uns dos outros” (Hodgson, 1998b, p. 181). No entanto, como este processo é possível? Para esta resposta, o conceito de hábito é fundamental. Segundo Hodgson, “reconhecer o papel do hábito é reconhecer muito mais do que nossos modos estabelecidos, ou o comportamento humano. Hábito não é o mesmo que ritual ou repetição [...] hábito é uma *propensão* a se comportar [ou pensar] de uma forma particular em uma classe particular de situações” (2004, p. 651-652, grifo no original). Hábito diferencia-se, assim, do comportamento propriamente dito, pois este já é uma ação¹⁵.

Logo, há uma probabilidade e não uma obrigatoriedade de um hábito ser expresso em um comportamento corrente. A ideia é que comportamentos ou pensamentos repetitivos são fatores que estabelecem hábitos, mas depois de adquiridos, eles não necessariamente são utilizados o tempo todo, afinal “hábitos são repertórios submersos de comportamento ou pensamento potenciais; eles podem ser desencadeados ou reforçados por um estímulo ou contexto apropriados” (Hodgson, 2006, p. 6). Ainda, segundo a perspectiva neoinstitucionalista, hábitos são os fundamentos do pensamento e do comportamento, ganhando *status* onipresente na atividade humana (Hodgson, 1997). Não obstante, o que explica a formação dos hábitos?

Em linha com o darwinismo de Veblen, Hodgson (2004) argumenta que os indivíduos enfrentaram diversos e variados problemas em sua evolução e, então, mecanismos como o hábito emergiram. Assim, a capacidade humana de formar hábitos evoluiu como um resultado das circunstâncias altamente variáveis, complexas e incertas pelas quais os indivíduos passaram ao longo do tempo. Segundo Hodgson (2004) é possível reunir sete condições nas quais, baseadas em hábitos, surgiram respostas às circunstâncias corriqueiras a que os agentes estão submersos, são elas: (i) *otimização*, situação em que a escolha é conhecida e é possível empregar procedimentos e regras de decisão para encontrar uma solução ótima; (ii) *extensão*, quando a informação pode ser prontamente acessada e compreendida, mas sua procura requer o dispêndio de tempo e outros recursos; (iii) *complexidade*, presente no *gap* entre o complexo ambiente de decisão e a capacidade analítica e computacional do agente; (iv) *incerteza*, decorrente de informações cruciais e probabilidades em relação a eventos futuros serem impossíveis de se obter; (v) *cognição*, referente ao problema de lidar e interpretar dados

(15) Nesse particular, vale ressaltar a noção institucionalista de regras, definidas como “padrões de pensamento ou comportamento condicionais ou incondicionais que podem ser adotados, tanto consciente quanto inconscientemente, pelos agentes” (Hodgson, 1998b, p. 185). Logo, regras são contíguas aos hábitos, uma vez que, por aplicação repetitiva, podem se tornar hábito, sendo aceitas ao se tornarem *embedded*. No entanto, há uma importante diferença: seguir regras é algo normalmente consciente e deliberado, enquanto a ação habitual é caracteristicamente não examinada – e, sendo assim, é mais fácil quebrar uma regra do que mudar um hábito.

sensoriais; (vi) *aprendizagem*, que é o processo de adquirir conhecimento; enfim, (vii) *comunicação*, dada pela necessidade precípua de se comunicar com outros.

Com isso, as mais variadas instâncias da vida em sociedade relacionam-se aos hábitos. Em especial, assim como as instituições, os hábitos têm o papel de prover quadros cognitivos para interpretações de fatos e de dados sensoriais, além de possibilitar rotinas. Desta forma, os indivíduos transformam informações em conhecimento e dotam-nas de significado. Conforme Veblen, “uma linha habitual de ação constitui uma linha habitual de pensamento, fornecendo o ponto de vista pelo qual fatos e eventos são apreendidos e reduzidos a um corpo de conhecimento” (1934, p. 88). Portanto, hábitos permeiam os processos de tomada de decisão e diga-se de passagem, sendo a capacidade cognitiva incapaz de alcançar todas as informações relevantes à tomada de decisão, o apoio em hábitos é um recurso comum e compreensível dos indivíduos (Hodgson, 2004).

Sendo assim, hábitos possibilitam adquirir habilidades a partir das experiências que, por sua vez, podem se tornar enraizadas nos próprios hábitos. Quando estas se mostram regulares na sociedade, configuram-se enquanto costumes e rotinas que, quanto mais socialmente duráveis e integradas forem, formam as instituições. Um exemplo disso é a linguagem: enquanto apenas um indivíduo tenta se comunicar, ela não é uma instituição. Entretanto, uma vez que os hábitos garantem a habilidade de dar significado à ela, ela pode se tornar socialmente compartilhada e, assim, institucionalizada, pois se transforma em padrão social. Outro resultado dos hábitos rotinizados é a criação de convenções que, para Hodgson, é uma “instância particular de uma regra institucional” (2006, p. 2). Nesse sentido, a durabilidade das instituições pode ser parcialmente explicada, pois hábitos individuais “tanto reforçam, como são reforçados, por instituições” (Hodgson, 2006, p. 171). Aliás, reforça a longevidade das instituições o fato de elas moldarem preferências individuais e poderem criar expectativas estáveis sobre o comportamento dos demais agentes, conferindo consistência e estabilidade às atividades humanas (Hodgson, 2006).

Em suma, atos instintivos, pensamentos e comportamentos individuais repetitivos formam hábitos. Seu espraiamento cria instituições novas e reforça antigas, tornando-as *embedded*. Fica patente, assim, que os indivíduos moldam a estrutura social – o chamado mecanismo de causação ascendente, indo do indivíduo às instituições através do hábito, que funciona como unidade de seleção daquelas. No entanto, ainda há o sentido inverso de causação, que vai das instituições aos indivíduos. Esta é uma preocupação da abordagem neoinstitucionalista, já que os indivíduos não apenas moldam, como também são moldados pelas instituições, caracterizando-a enquanto outra direção causal – o chamado mecanismo de causação descendente. Dessa forma, nesta relação causal nem o indivíduo nem os fatores institucionais têm completa primazia, constituindo-se, portanto, em “círculo inquebrável de determinação” (Hodgson, 1998b, p. 184).

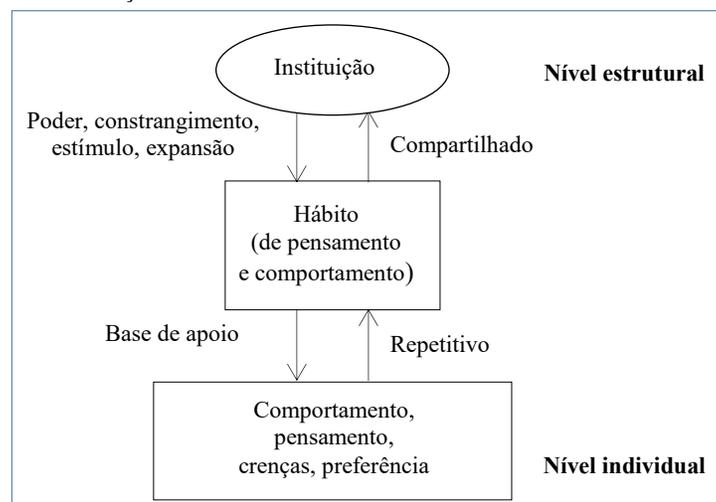
Sendo a aquisição de hábito o mecanismo psicológico pelo qual se formam as bases para os comportamentos, pensamentos, preferências e crenças e tendo as instituições a característica de moldar esses elementos, qual a relação entre hábitos e instituições nesta

direção causal? De forma geral, mudanças e constrangimentos institucionais podem causar alterações nos hábitos, levando-os por caminhos específicos. A capacidade das instituições sociais de constrangimento, estímulo e expansão – aliada ao poder de costume e de crença – dá origem a novas percepções e propensões nos indivíduos. Por conseguinte, mediante novos hábitos, novas e diferentes preferências, intenções, comportamentos e pensamentos emergem, uma vez que o hábito é base de apoio fundamental para a formação destes. Assim, tem-se a causação descendente, em que instituições, via hábitos, afetam indivíduos.

Com o quadro exposto, tem-se um panorama geral da forma pela qual os indivíduos moldam as instituições, da mesma forma com que estas moldam aqueles. À causação circular dos antigos institucionalistas, Hodgson (2004) denomina causação reconstitutiva descendente. Mesmo sob a qualificação descendente, a reciprocidade causal assume duas direções, a ascendente, quando vai do indivíduo às instituições, e a descendente, quando ocorre de forma *top-to-bottom*, ou seja, do todo para o indivíduo. O processo de causação reconstitutiva descendente pode ser visto na Figura 2. O ponto crucial do argumento, seguindo Hodgson (2004), é o reconhecimento de que esse processo se dá pelos hábitos, seja do indivíduo às instituições – a partir das repetições e do compartilhamento – seja das instituições aos indivíduos – por um lado, pelos constrangimentos, estímulos e expansões dadas pelas instituições e, por outro, pela base de apoio que os hábitos criam para os comportamentos, pensamentos, crenças e preferências. Logo, o hábito se torna o elo central, invisível e permeado de retroalimentação do canal causal indivíduo-instituição e instituição-indivíduo. Nas palavras de Veblen, “a situação de hoje molda as instituições de amanhã através de um processo seletivo e coercitivo *ao atuar sobre a visão habitual das coisas pelos homens*” (1899a, p. 190, ênfase adicionada).

Figura 2

Causação reconstitutiva descendente: hábito como o *link* crucial



Fonte: Elaboração própria.

Ademais, os conceitos contíguos de hábito e instituição possibilitam lidar com os dilemas entre o realismo e o subjetivismo. Afinal, instituições são tanto ideias dos agentes quanto estruturas objetivas enfrentadas por eles, ou seja, dentro e fora de suas subjetividades (Hodgson, 1998b). Nessa perspectiva, agente e todo, apesar de distintos, interagem e são interdependentes ao longo do tempo (Hodgson, 2009). Não por menos Commons aponta ser uma virtude da abordagem institucionalista “ver hábito de comportamento e estrutura institucional como mutuamente entrelaçados e se reforçando: ambos os aspectos sendo relevantes para a imagem completa” (1934, p. 69). Finalmente, a estrutura institucional permeada pela relação circular entre indivíduo e instituição tem o hábito como conceito-chave. Por um lado, ele fornece durabilidade, poder e autoridade normativa, material constitutivo das instituições, e se constitui como a unidade de seleção delas. Por outro lado, ele molda o indivíduo e é base fundamental de apoio para a atividade humana, sobretudo em sua capacidade cognitiva e na tomada de decisão sob incerteza. Por fim, o hábito é o elo que possibilita um dos principais mecanismos presentes na economia institucional: a causação reconstitutiva descendente.

5 Uma articulação entre as teorias keynesiana e neoinstitucionalista

A recorrência de comportamentos, pensamentos, crenças e preferências constituem hábitos que, ao serem socialmente compartilhados, estruturam instituições. Ao mesmo tempo, a causação reconstitutiva resulta em a estrutura institucional limitar e expandir as propensões habituais dos indivíduos que, por sua vez, acaba por moldar os próprios indivíduos, já que os comportamentos, pensamentos, entre outros, utilizam-se dos hábitos como base de apoio. Os dois lados do processo se retroalimentam de forma que parte e todo estão em uma condicionalidade inexorável. Há algumas consequências individuais e estruturais desta contínua reciprocidade causal. Em nível do indivíduo, em primeiro lugar, os hábitos e as instituições constroem significações que tornam inteligíveis e, assim, cognoscíveis, os diversos dados da realidade. Ademais, a difusão dos hábitos e a consequente criação de instituições disponibilizam aos indivíduos referências de continuidade estrutural que lhes permitem enfrentar com maior parcimônia as adversidades do ambiente. Por fim, vale ressaltar que tais referências balizam os caminhos cujo percurso é inibido bem como as trilhas que podem ser seguidas. Desta forma, o processo coercitivo não significa apenas estradas fechadas à ação, mas trajetórias passíveis de serem exploradas, o que pode inclusive constituir novas rotas das instituições e dos hábitos.

Para o todo, a presença de instituições significa evolução estável, querendo isso dizer que a estrutura não se transformará, via de regra, de forma violenta, mas seguirá uma tendência mesmo que em torno dela persistam constantes ciclos. A evolução estrutural é ditada pelas disputas que os diversos atores sociais promoverem em busca do estabelecimento de rotinas habituais que sejam socialmente aceitas e legitimadas, tornando-se enraizadas – isto é, que criem novas instituições. A cumulatividade e o *path-dependence* contribuem para a trajetória não explosiva de evolução estrutural, pois implicam maior atrelamento do presente ao passado.

Isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que se esteja em equilíbrio estático, apenas denota-se que a mudança não ocorre por meio de inflexões violentas¹⁶.

Em função dos *feedbacks* da causalção reconstitutiva, há proximidade na natureza das consequências individuais e estruturais. É a estabilidade do todo que viabiliza o sentido social da capacidade cognitiva individual além de ser ela a garantidora da confiança dos agentes em suas variadas ações e pensamentos. Em concomitância, a estabilidade estrutural decorre do comportamento habitual individual moldado pelo todo, pois os hábitos formam uma base de apoio sobre a qual o agente se ancora. Nesse particular, hábitos e instituições articulam-se com as incertezas epistemológica e ontológica.

A interação entre os hábitos e a incerteza epistemológica processa-se pelos padrões compartilhados de hábito levarem uns indivíduos a reconhecerem as propensões habituais dos outros. O dado considerado pelo agente para tomar a decisão é o de que, embora não se saiba exatamente qual a atitude do outro, sabe-se que ela respeitará, em geral, os hábitos difundidos socialmente. Essa interação ganha relevância com a relação parte-todo ser caracteristicamente uma unidade orgânica, pois o compartilhamento dos hábitos significa linhas de consciência e ação reconhecidas pelas partes. A tomada de decisão por convenção, neste sentido, é um hábito dos indivíduos, ou seja, uma propensão tanto de pensamento – por exemplo, a crença de que perder em grupo é preferível à derrota individual – quanto de comportamento – como ilustra o efeito manada.

Outrossim, hábitos e instituições, considerados em conjunto, envolvem-se com a incerteza epistemológica via entendimento direto, primeira etapa do processo de conhecimento, portanto, fundamental à decisão. Pode-se considerar que as instituições, frutos dos hábitos rotineiros, fornecem a linguagem para que possa ocorrer a compreensão de significados, permitindo que se entendam as experiências vividas e, desta forma, o conhecimento direto das premissas é obtido, do qual será induzido o conhecimento indireto. Logo, no processo de conhecimento descrito por Keynes, a capacidade cognitiva, ou a aptidão para se entender e, por conseguinte, se conhecer, é profundamente condicionada pela relação hábitos-instituições.

Indo-se além, para Hodgson (2004), a constituição de instituições resulta, em parte, da incerteza inerente aos indivíduos e ao ambiente. Na ausência de instituições, o indivíduo é confrontado por uma realidade passível de instabilidade, que o torna incapaz de conhecer evidências para apoiar suas decisões. Em um ambiente darwinista de constante seleção natural, o enfrentamento da incerteza demanda elementos que deem segurança ao sujeito e ao grupo. Então, surgem as instituições. Ao longo do tempo, quanto mais a estrutura institucional for *embedded* e duradoura, maior o conjunto de premissas que se pode absorver e, tão importante quanto, mais bem conhecidas elas serão. Acrescenta-se, então, peso ao argumento dos tomadores de decisão levando-os a ter menor incerteza – ou melhor estado de confiança – na conclusão a que chegam.

(16) Exemplos de instituições constantes são: a moeda, instituições religiosas, línguas, entre outras.

Como se não bastasse, por funcionarem como limitadoras do espaço de locomoção individual, as instituições acabam por indicar quais os caminhos podem ser seguidos pelos agentes em suas decisões e quais não podem, o que conforma premissas para argumentos. Para o empresário inovador *à lá* Schumpeter (1957), esta característica assume uma feição importante. Por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ele desenvolve produtos e processos completamente inovadores, capazes, inclusive, de alterar um determinado paradigma tecnológico. O problema é que estas decisões possuem pouca evidência disponível sendo, assim, de elevada incerteza. Ao mesmo tempo, dada a capacidade de criar novos hábitos de consumo atendidos pelo inovador, tais novos mercados resultam em lucros extraordinários se forem confirmados pela demanda.

No que toca a incerteza ontológica, as instituições conferem estabilidade na evolução das sociedades ao longo do tempo, muito embora isso não queira dizer nem qual será o caminho mais vantajoso e nem como ele será construído. Na realidade econômica, por exemplo, esta estabilidade é buscada por contratos monetários para vários fins, por regulamentações financeiras que limitam a capacidade de movimentação dos agentes nas segmentações do sistema financeiro, por legislações formalmente deliberadas que mudam em intervalos longos de tempo, entre outros. Todos estes elementos implicam *reinforcement* sobre o comportamento individual e parcimônia na evolução da estrutura institucional assim como configuram evidências mais perenes da realidade, que servem ao agente como conhecimento direto, reduzindo o grau de incerteza dele acerca de suas conclusões.

A estabilidade institucional não implica, nem em nível lógico, nem fatural, a possibilidade de cálculo probabilístico baseado em informações passadas e presentes: a natureza da realidade é não ergódica. Mesmo o *path-dependence* não quer dizer que o futuro se repetirá, mas que o passado importa para a realidade presente. Ademais, estabilidade não significa estacionariedade, mas mudança não violenta, normalmente cíclica. Além disso, a tendência de evolução branda é uma característica do nível agregado. Em nível micro, individual, diversas decisões se frustram enquanto outras são bem sucedidas, de maneira que a realidade altera-se como um somatório dos que confirmaram suas expectativas e auferiram lucros, e daqueles que incorreram em prejuízos e frustraram suas esperanças.

Embora saibam-se as trajetórias seguidas e que as instituições deem noção de outras que podem ser, não há meios de se saber quais delas serão efetivamente percorridas, quais os resultados dos caminhos que advirão ou até mesmo se a decisão será pela criação de novos caminhos. Nas palavras de Carvalho “o caminho é criado pelo caminhante ao caminhar, mas nem todas as trilhas podem ser abertas, ainda que não se saiba com antecedência quais podem ser proficuamente exploradas” (2003, p. 180). Aliás, a interação parte-todo da unidade orgânica faz com que a ação individual vá além dela própria, repercutindo nos demais agentes, nas reações destes e no todo. Por sua vez, sempre que este se altera, novas informações surgem e outras se tornam obsoletas. Por isso, sempre que se escolher percorrer uma trilha, todas as demais são de alguma forma impactadas, mudando o conjunto de evidências e forçando os agentes, como consequência, a repensarem suas decisões.

Enfim, da articulação entre as teorias keynesiana e neoinstitucionalista, pode-se concluir que a presença de hábitos e de instituições não promove a supressão da incerteza, pois ela é indelével. Há sempre um nível individual, epistemológico, de incerteza e um âmbito ontológico dela, que lida com a realidade e com os dados que ela oferece ao tomador de decisão. Similarmente, hábitos e instituições repartem-se em níveis individual e estrutural e causam-se reconstitutivamente, a ponto de serem indissociáveis. Sem essa constante retroalimentação, o *reinforcement* não existiria, de modo que não prevaleceria a estabilidade social. Por conseguinte, o ambiente seria muito mais caótico e, desta forma, estar-se-ia em um cenário tendente à completa ignorância, em termos do grau de incerteza epistemológica e, em termos ontológicos, prevaleceriam impermanências sumárias. Neste contexto radical, a incerteza extrema levaria à inação. Todavia, essa situação não se verifica por conta de hábitos, de instituições e da regularidade que ambos dão aos comportamentos individual e estrutural. Fomenta-se, assim, a ação, por conta de o conhecimento direto estar menos sujeito a oscilações peremptórias.

Em síntese, a incerteza em meio à volatilidade leva à inação. Em face de regularidade, ela é arrefecida e não desmotiva as ações individuais que se dão, necessariamente, com uma parcela de suposição sobre o que o futuro trará e que provocam a dinâmica evolutiva da estrutura institucional. Esta, ao se movimentar, altera os dados da realidade e promove novas decisões dos indivíduos, em uma contínua cadeia causal. Embora hábitos e instituições não ofereçam todos os dados relevantes à tomada de decisão – pois isso é impossível – eles conseguem conferir constância aos dados disponibilizados e possibilidade de maior apreensão do significado deles. Com isso, há mais peso no argumento e maior grau de crença racional nas decisões tomadas.

6 Considerações finais

As perspectivas keynesiana e neoinstitucionalista podem se coadunar sem qualquer incongruência lógica ou contradição teórica. Ambas as teorias perpassam elementos comuns, como tomada de decisão sob incerteza, hábitos e instituições. Além disso, as relações parte-todo são semelhantes, centrando-se na interdependência decorrente da reciprocidade causal entre aqueles dois níveis, baseada na unidade orgânica, para Keynes, e na causação reconstitutiva descendente, para os neoinstitucionalistas.

Nesse particular, a incerteza em uma abordagem keynesiana é imperativa, irrevogável, e possui duas dimensões, epistemológica e ontológica. Para a abordagem neoinstitucionalista, a incerteza também é insuperável. Se para os neoinstitucionalistas a incerteza leva ao surgimento de hábitos e instituições, hábitos e instituições viabilizam a redução da incerteza em termos keynesianos: eis o argumento da articulação sugerida entre a teoria keynesiana e os neoinstitucionalistas e que este trabalho buscou contribuir à literatura a partir de uma análise micro-macroeconômica.

Portanto, o institucionalismo auxilia a teoria keynesiana ao explicar a natureza dos hábitos e das instituições, sua relação com o indivíduo e a sociedade, além da permanência e da evolução temporal delas. A teoria keynesiana permite que se absorvam tais conteúdos como meio de se compreender como os indivíduos raciocinam e tomam decisão. Em âmbito econômico, esta junção permite compreender por que mesmo sujeito ao caos, o sistema econômico não tem trajetória explosiva, ainda que em geral permaneça abaixo do pleno emprego. Para além, esta articulação enseja que se entenda a razão pela qual políticas econômicas de estabilização automática do ciclo funcionam para constituir um ambiente de negócios propício ao investimento produtivo.

A fim de ilustração do argumento, caso políticas econômicas de cunho keynesiano sejam praticadas, tornem-se críveis, habituais e, desta forma, institucionalizadas, elas podem conferir uma trajetória mais estável às economias monetárias da produção, servindo como premissas diretamente conhecidas pelos agentes, que os fazem ter menor incerteza e maior confiança em suas decisões de investimento, motivando-os a efetivá-lo. Essa é a lógica da estabilização automática do ciclo econômico, algo fundamental para a criação de produto, emprego e riqueza decorrente da redução da instabilidade inerente às economias capitalistas.

Referências bibliográficas

- ARGITIS, G. Veblenian and Minskian financial markets. *European Journal of Economics and Economic Policy: Intervention*, v. 10, n. 1, p. 28-43, 2013.
- ATKINSON, G.; OLESON JR. Commons and Keynes: their assault on laissez faire. *Journal of Economic Issues*, v. 32, n. 4, p. 1019-1030, 1998.
- BATEMAN, B.W.; DAVIS, J.B. *Keynes and Philosophy: essays on the origin of Keynes's thought*. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- CARABELLI, A. M. *On Keynes's method*. London: Macmillan, 1988.
- CARVALHO, F. J. C. *Mr. Keynes and the post Keynesians*. Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- CARVALHO, F. J. C. Características essenciais do método de Keynes na teoria GERAL. In: CORAZZA, G. *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 175-188.
- CASTELLI, J. R. *Brasil (des)acorrentado: uma análise evolucionária do processo de inserção da economia brasileira nos paradigmas tecno-econômicos da produção em massa e da tecnologia da informação*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CAVALIERI, M. R.; ALMEIDA, F. Institutionalists as dissenters: why were institutionalists strongly dissatisfied with economics during the postwar period? *Journal of Economic Issues*, v. 49, n. 2, p. 475-482, 2015.
- CHASSE, J. D. John R. Commons e John Maynard Keynes: two philosophies of action. *Journal of Economic Issues*, v. 25, n. 2, p. 441-448, 1991.

- COASE, R.. *The firm, the market and the law*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- COMMONS, J. R. Institutional economics. *American Economic Review*, v. 21, p. 648-657, 1931.
- CONCEIÇÃO, O. A. C.; FERRARI FILHO, F. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? *Nova Economia*, v. 11, n. 1, p. 99-122, 2001.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 25-46, 2001.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p.119-146, 2002a.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A relação entre o processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. *Ensaio FEE*, v. 23, Número Especial, p. 603-620, 2002b.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma comparação entre os antigos, os novos, e os neo-institucionalistas. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 4. São Paulo, 2004.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da transação: uma comparação do pensamento institucionalista com os evolucionários e pós-keynesianos. *Revista Economia*, v. 8, n. 3, p. 621-642, 2008.
- COTTRELL, A. Keynes's theory of probability and its relevance to his economics: three thesis. *Economics and Philosophy*, v. 9, n. 1, p. 25-51, 1993.
- CROCCO, M. The Concepts of degrees of uncertainty in Keynes, Shackle and Davidson. *Nova Economia*, v. 12, n. 2, p. 12-27, 2002.
- CROTTY, J. Are Keynesian uncertainty and macrotheory compatible? Conventional decision making, institutional structures and conditional stability in Keynesian macromodels. In: DIMSKY, G.; POLLIN, R. (Ed.). *New perspectives in monetary macromodels*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994. p. 105-139.
- DILLARD, D. A monetary theory of production: Keynes and the Institutionalists. *Journal of Economic Issues*, v. 14, n. 2, p. 255-273, 1980.
- DAVIDSON, P. *Money and the real world*. New York: John Wiley and Sons, 1972.
- DAVIDSON, P. *Controversies in post Keynesian economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1991.
- DAVIDSON, P. Reality and economic theory. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 18, n. 4, p. 479-508, 1996.
- DAVIDSON, P. Uncertainty in a strong sense: meaning and sources. *Economic Issues*, v. 2, n. 2, p. 21-43, 1997.

- DAVIDSON, P. Expectations and confidence under uncertainty. *Journal of Post-Keynesian Economics*, v. 21, n. 3, p. 415-430, 1999.
- DAVIDSON, P. Fundamental uncertainty and ambiguity. *Eastern Economic Journal*, v. 26, n. 1, p. 41-60, 2000.
- DAVIDSON, P. Uncertainty: individuals, institutions and technology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 28, n. 3, p. 365-378, 2004.
- DOW, S. *The methodology of macroeconomic thought*. A conceptual analysis of schools of thought in economics. Aldershot: Edward Elgar, 1996.
- DUGGER, W. The new institutionalism: new but not institutionalism. *Journal of Economic Issues*, v. 24, n. 2, p. 423-431, 1990.
- GERRARD B.; HILLARD, J. *The philosophy and economics of J. M. Keynes*. Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.
- HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the 'old' and the 'new'. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.
- HODGSON, G. M. The ubiquity of habits and rules. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, p. 663-684, 1997.
- HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 415-431, 1998a.
- HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, p. 166-192, 1998b.
- HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics? *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 2, p. 317-29, 2000.
- HODGSON, G. M. *How economics forgot history?* The problem of history specificity in social science. London: Routledge, 2005.
- HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, v. 27, p. 159-175, 2003.
- HODGSON, G. M. Reclaiming habits for institutional economics. *Journal of Economy and Psychology*, v. 25, p. 651-660, 2004.
- HODGSON, G. M. Generalizing Darwinism to social evolution: some early attempts. *Journal of Economic Issues*, v. 39, n. 4, p. 899-914, 2005.
- HODGSON, G. M. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 15, n. 1, p. 1-25, 2006.

- HODGSON, G. M. Institutional economics into twenty-first century. *Studii e Note di Economia*, v. 14, n. 1, p. 3-26, 2009.
- KELSO, P. R.; DUMAN, B. L. A Veblenian view of Minsky's financial crisis theory. *International Journal of Social Economics*, v. 19, n. 10/11/12, p. 222-234, 1992.
- KEYNES, J. M. *Treatise on probability*. London: Macmillan, 1921.
- KEYNES, J. M. The general theory of employment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 51, n. 2, p. 209-223, 1937.
- KEYNES, J. M. *Essays on biography*. New York: W. W. Norton & Company, 1933.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. New York: HBJ Book, 1964.
- KEYNES, J. M. A tract on monetary reform. The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. IV. London: Macmillan / Cambridge University Press, 1971.
- KEYNES, J. M. Essays on persuasion. The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. IX. London: Macmillan / Cambridge University Press, 1972.
- KEYNES, J. M. The general theory and after: defense and development. The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. XIV. London: Macmillan / Cambridge University Press, 1973.
- KEYNES, J. M. The return to gold and industrial policy. The Collected Writings of John Maynard Keynes, Activities 1922-1929, v. XIX. London: Macmillan / Cambridge University Press, 1981.
- LATSIS, J.; LARQUIER, G.; BESSIS, F. Are conventions solutions to uncertainty? Contrasting visions of social coordination. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 32, n. 4, p. 535-558, 2010.
- LAVOIE, M.; SECCARECCIA, M. Editorial to special issue – Post Keynesian and institutional political economy. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 10, n. 1, p. 8-11, 2013.
- LAWSON, L.; LAWSON, C. Financial system restructuring: lesson from Veblen, Keynes and Kalecki. *Journal of Economic Issues*, v. 24, n. 1, p. 115-131, 1990.
- LAWSON, T. The Nature of Heterodox Economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 30, p. 483-505, 2005.
- LAWSON, T.; PESARAN, H. *Keynes' economics: methodological issues*. Armonk: M. E. Sharpe, 1985.
- MINSKY, H. P. *Stabilizing an unstable economy*. New Heaven: Twentieth Century Fund Report, 1986.

- MINSKY, H. P. *Uncertainty and the institutional structure of capitalist economies*. The Levy Institute of Economics, 1996. (Working Paper, n. 155).
- MOGGRIDGE, D. E. *Keynes*. New York: Modern Masters, 1976.
- MOUHAMMED, A. H. Veblen and Keynes: on the economic theory of the capitalist economy. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 155, n. 4, p. 594-609, 1999a.
- MOUHAMMED, A. H. Veblen and Keynes. *Journal of International Politics, Culture and Society*, v. 13, n. 2, p. 169-186, 1999b.
- NELSON, R.; WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- NIGGLE, D. Evolutionary Keynesianism: a synthesis of institutionalist and post Keynesian macroeconomics. *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 2, p. 405-412, 2006.
- NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- NORTH, D. C. Economic performance through time. *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.
- O'DONNELL, R. M. *Keynes: philosophy, economics and politics*. New York: St. Martin's Press, 1989.
- PESSALI, H. Nanofundamentos da macroeconomia: Keynes e o institucionalismo na Teoria Geral. *Revista de Economia*, v. 32, n. 2, p. 63-79, 2006.
- RUNDE, J. Keynesian uncertainty and the weight of arguments. *Economics and Philosophy*, v. 2, n. 6, p. 275-292, 1990.
- RUTHEFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 463-477, 1998.
- SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, p. 569-590, 1995.
- SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development*. Cambridge: Harvard University, 1957.
- SHACKLE, G. L. S. *Imagination and the nature of choice*. Edinburg: Edinburg University Press, 1979.
- SKIDELSKY, R. *John Maynard Keynes – The economist as a Savior*. London: Penguin Books, 1994.
- SOUZA, J.; DUENHAS, R. A. Incerteza Intratável e o papel das instituições na formação de expectativas. *Pesquisa & Debate*, v. 21, n. 2, p. 201-224, 2010.
- STANFIELD, J. R. The scope, method and significance of original institutional economics. *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 2, p. 231-255, 1999.

- TAUHEED, L. F. A proposed methodological synthesis of post-Keynesian and institutional economics. *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 4, p. 819-837, 2011.
- TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. Reflexões sobre o método em Keynes. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 1, p. 70-90, 2016.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.
- VEBLEN, T. *The theory of the leisure class: an economic study in the evolution of institutions*. New York: Macmillan, 1899a.
- VEBLEN, T. The preconceptions of economic science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 4, p. 396-426, 1899b.
- VEBLEN, T. The limitations of marginal utility. *Journal of Political Economy*, v. 17, n. 9, p. 620-636, Nov. 1909.
- VEBLEN, T. *The place of science in modern civilization and other essay*. New York: Huebsch, 1919.
- VEBLEN, T. *Essays on our changing order*. New York: The Viking Press, 1934.
- VERCELLI, A. *Weight of argument and economic decisions*. Department of Economic Policy, Finance and Development, 2010. (Working Papers, n. 6).
- VILLEVAL, M. C. Une théorie économique des institutions. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. *Theorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.
- VINING, R. Suggestions of Keynes in the writings of Veblen. *Journal of Political Economy*, v. 46, n. 5, p. 692-704, 1939.
- WATKINS, J. P. Economic waste and social provisioning: Veblen and Keynes on the wealth effect. *Journal of Economics Issue*, v. 49, n. 2, p. 441-448, 2015.
- WHALEN, C. J. John R. Commons and John Maynard Keynes on economic history and policy: the 1920's and today. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 1, p. 225-242, 2008.
- WRAY, R. Veblen's Theory of business enterprise and Keynes's monetary economy of production. *Journal of Economic Issues*, v. 41, n. 2, p. 617-624, 2007.